

Em SP, habeas data beneficiará advogado

O advogado e ex-presos político Idibal Piveta é o primeiro cidadão brasileiro a se beneficiar com o habeas data, dispositivo da nova Constituição que permite a qualquer cidadão o acesso às suas informações pessoais arquivadas em bancos de dados do governo. Idibal impetrou o habeas data no dia 6, poucas horas depois da promulgação da Constituição, na 10ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. Ontem à tarde, o juiz federal Paulo Otávio Batista Pereira, utilizando as normas previstas no mandato de segurança determinou que o diretor-superintendente da Polícia Federal de São Paulo, Marco Antônio Veronesi, informe Idibal, sobre o teor dos processos que correram contra ele, desde 1964, no prazo de dez dias.

Idibal afirmou que a decisão tomada pelo juiz da 10ª Vara não servirá só para casos políticos. Abrirá "um horizonte para todos os casos em que o habeas data possa ser usado como recurso", como prisões em delegacias, batida de automóveis com interferência da polícia e até casos de direitos humanos, disse.

Também jornalista e autor teatral, Idibal foi preso em 1973 por 90 dias, 40 deles, no DOI-Codi em São Paulo. Na ocasião, foi processado por ser organizador da União das Esquerdas Independentes, organização clandestina que, segundo ele, nunca existiu. Atuou como advogado de presos políticos e agora de-



AE

Piveta quer ter acesso a dados da Polícia Federal

fende os grafiteiros de rua, processados pelo prefeito de São Paulo, Jânio Quadros.

EXPLICAÇÕES

O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, dará entrevista hoje para explicar como o órgão que chefia encara a instituição do habeas data. Ao dar a informação, ontem, o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique de Almeida Santos, disse que o general só pretendia falar do assunto depois que o parecer sobre o habeas data do consultor-geral da

República, Saulo Ramos, fosse publicado no Diário Oficial da União. Continuam chegando ao SNI os pedidos de informações sobre dados pessoais constantes nos fichários do órgão. A deputada Moema São Thiago (PSDB-CE) e o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) entraram ontem com seus pedidos. Acompanhados da deputada Maria Abadia (PSDB-DF) e do senador Aureo Melo (PMDB-AM), Moema e Ferreira Lima pretendiam inicialmente ser recebidos pelo general Ivan. Mas o ministro, com o argumento de que não tinham audiência marcada, não os recebeu.

TSE recebe o 1º mandado de injunção

O advogado Marcílio Duarte Lima impetrou ontem, em Brasília, o primeiro mandado de injunção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele quer que seja fixado o novo número de vereadores da Câmara Municipal paulistana, atualmente 33 mas que, pelo artigo 29 da nova Constituição, deverá passar para no mínimo 42 e no máximo 55, por ser um município com mais de cinco milhões de habitantes.

Em seu pedido, o advogado argumenta que o Tribunal Regional Eleitoral ainda não cumpriu a nova norma constitucional e apela ao TSE para que o número de vereadores fixado pela Carta seja obedecido já nas eleições deste ano. Na semana passada, ao atender a consulta informal, o TSE adiantou que, se lhe fosse solicitada formalmente, recomendaria aos tribunais regionais a fixação do número mínimo estabelecido na Constituição.

No Rio, o primeiro mandado de injunção na Justiça do Estado foi impetrado ontem pelo jornalista Bartolomeu Brito, do *Jornal do Brasil*. O objetivo de Brito é permitir a seu advogado assistir à próxima sessão secreta do Tribunal de Justiça, em que 25 desembargadores vão decidir se aceitam ou não uma queixa do jornalista contra o secretário de Polícia Civil fluminense, Hélio Saboya.

Após ter feito uma conferência na Ordem dos Advogados do Brasil, em 31 de maio, o secretário disse a jornalistas que "existem corruptos na imprensa" e citou o repórter Bartolomeu Brito. O jornalista entrou com queixa na Justiça, exigindo que Saboya comprovasse a denúncia, o que não foi feito até hoje. Pelo regimento do tribunal, os magistrados têm o poder de se reunir e decidir sem a presença dos advogados dos interessados. Pela nova Constituição, essas sessões têm de ser públicas e os acórdãos precisam

ser fundamentados.

O deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou ontem à Mesa da Câmara dos Deputados projeto para regulamentar o rito processual do mandado de injunção. Segundo o parlamentar, "os tribunais podem aceitar para os mandados de injunção o mesmo procedimento que para os mandados de segurança, mas é preciso regulamentação própria".

CONSTITUINTES ESTADUAIS

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte realiza hoje, em Natal, sessão solene de instalação da Constituinte estadual. Os deputados receberão sugestões da sociedade civil até 18 de novembro. Na sessão solene, os 25 constituintes, governador, vice-governador e desembargadores do Tribunal de Justiça prestarão juramento de manter, defender e cumprir a Constituição brasileira. Os deputados pretendem entregar a Constituição estadual até dezembro.

Em Vitória, foi instalada ontem a Constituinte do Espírito Santo, que deverá ser presidida pelo deputado Dilton Lyrio Neto (PMDB), presidente da Assembléia Legislativa. Em Maceió, a primeira sessão plenária da Constituinte de Alagoas repetiu, ontem, o mesmo clima de desânimo da solenidade de instalação, no sábado: apenas 13 parlamentares compareceram. O deputado Dilton Simões, candidato a prefeito de Maceió pelo PSB, criticou os partidos que estão se dedicando prioritariamente à campanha para as eleições de novembro.

ANC 88
Pasta 11 a 19
Outubro/88
055